

TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

WORK AND VOCATIONAL TRAINING

TRABAJO Y FORMACIÓN PROFESIONAL

Selma de Fátima Vanderley

selma.f.vanderley@gmail.com

Instituto Federal de São Paulo - IFSP

Resumo

Este trabalho pretende contribuir com as discussões a respeito dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, especificamente acerca da interlocução da formação profissional com o mundo do trabalho. Os sujeitos da investigação foram os discentes do 2º ano do ensino médio integrado ao técnico dos cursos de eletrotécnica e eletrônica do IFSP, Campus Avançado Tupã. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário de tipo misto. Os resultados demonstram que a formação no IFSP busca romper com o modelo de formação fragmentada, se pautando na formação humana e cidadã. Por conseguinte, os discentes percebem a interlocução com o mundo do trabalho em razão da qualidade do ensino que lhes dá condições para reflexão enquanto sujeitos autônomos, críticos na compreensão de mundo para que intervenham na realidade com os conhecimentos adquiridos nas diversas áreas.

Palavras chave: educação; mundo do trabalho; formação profissional;

Abstract

This work intends to contribute to the discussions about technical courses integrated to secondary education, specifically about the interlocution of vocational training with the world of work. The subjects of the investigation were the students of the second year of high school integrated to the technician of the courses of electrotechnical and electronic of the IFSP, Advanced Campus Tupã. The instrument used to collect data was the mixed type questionnaire. The results demonstrate that the IFSP training seeks to break with the fragmented training model, based on human and citizen training. Therefore, the students perceive the interlocution with the world of work because of the quality of teaching that gives them conditions for reflection as autonomous subjects, critical in the understanding of the world so that they intervene in reality with the knowledge acquired in the different areas.

Keywords: education; world of work; professional qualification;

Resumen

Este trabajo pretende contribuir con las discusiones sobre los cursos técnicos integrados a la enseñanza media, específicamente acerca de la interlocución de la formación profesional con el mundo del trabajo. Los sujetos de la investigación fueron los discentes del 2º año de la enseñanza media integrada al técnico de los cursos de electrotecnia y electrónica del IFSP, Campus Avanzado Tupã. El instrumento utilizado para la recolección de datos fue el cuestionario de tipo mixto. Los resultados demuestran que la formación en el IFSP busca romper con el modelo de formación fragmentada, pautando en la formación humana y ciudadana. Por lo tanto, los discentes perciben la interlocución con el mundo del trabajo en razón de la

calidad de la enseñanza que les da condiciones para la reflexión como sujetos autónomos, críticos en la comprensión del mundo para que intervengan en la realidad con los conocimientos adquiridos en las diversas áreas.

Palabras clave: educación; mundo del trabajo; formación profesional;

INTRODUÇÃO

Na última década houve um significativo aumento da oferta de educação profissional no Brasil, que ocorreu com o processo de implantação dos Institutos Federais por meio da Lei 11.892/2008. A quantidade de institutos de educação profissional se expandiu e interiorizou por todo o Brasil.

Durante décadas, a história do ensino técnico acompanhou as mudanças da sociedade, do ensino de práticas manuais evoluiu para o ensino tecnológico. Os limites do ensino técnico estavam mais limitados à produção em série e padronizada. A organização do ensino técnico estava relacionada com a organização do trabalho.

Essa visão perdurou durante o século XX até a constituição, em 2008, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O viés de formação de mão de obra para a indústria cedeu lugar à ênfase na formação profissional para o desenvolvimento local e regional, ampliando seu discurso para atuar com as demandas do mundo do trabalho e todas as suas nuances e possibilidades.

Tendo a relação entre educação profissional e trabalho a questão instigante, o objetivo deste artigo é, portanto, analisar como a formação técnica integrada ao ensino médio possibilita aos adolescentes uma interlocução com o mundo do trabalho.

Na primeira seção deste artigo será descrito um breve percurso histórico acerca do processo de implantação, expansão e desenvolvimento do ensino técnico pelo governo federal, desde a sua criação em 1909. A seguir, serão apresentados e discutidos alguns documentos balizadores da formação profissional almejada pela Rede Federal de Educação Profissional. Na seção 3, a discussão envolverá a contextualização do universo pesquisado, metodologia e resultados. Por fim, tecemos algumas considerações.

1. EDUCAÇÃO E TRABALHO NA HISTÓRIA DO ENSINO TÉCNICO

Ao longo dos anos as finalidades do sistema de ensino têm sempre variado. A história da educação mostra que o ensino profissional está estreitamente relacionado à organização do trabalho, ao nível de desenvolvimento econômico e ligado aos ideais políticos do Estado. Como menciona Magalhães (s/a, p. 3) “[...] as reformas nacionais de

educação indicam que as idéias e matizes ideológicas correspondem à imagem das idéias prevalecentes no poder central”.

O breve resgate do processo de construção do ensino técnico possibilita situar-nos na relação educação e trabalho concebida pelos Institutos Federais enquanto instituição que se originou no início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (Decreto Federal nº 7.566, de 11 de setembro de 1909) e foi se renovando para atender as necessidades da sociedade.

De acordo com os motivos elencados pelo Decreto nº 7.566/1909, buscava-se, com as Escolas de Aprendizes e Artífices, facilitar às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades da vida; proporcionar aos desfavorecidos da fortuna o preparo técnico e intelectual para adquirir o hábito do trabalho profícuo, afastá-los da ociosidade e formar cidadãos úteis à nação (BRASIL, 1909).

A institucionalização do ensino técnico pela União surgiu como uma tentativa de solucionar a questão social através do atendimento aos chamados “desfavorecidos da fortuna”. Um ensino de cunho assistencial, destinado aos órfãos, desvalidos e abandonados que perdurou até a década de 1930.

A partir dos anos de 1930, a realidade política, econômica e social do país passa por importantes alterações e assim também as políticas educacionais, pois é “no período de 1930 a 1945 que a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial. É assim plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal” (BRASIL, 2008a).

A partir das leis orgânicas aprovadas nos anos 1940 (nº 4.073/1942, nº 6.141/1943 e nº 6.613/1946), que o ensino técnico começou a adquirir espaço no sistema educacional e na sociedade, representando o marco inicial dessa reestruturação. Foi nesse período que o ranço assistencial e disciplinador que caracterizava as escolas de aprendizes artífices deixou de ser proclamado nas legislações, a partir de então as finalidades estavam direcionadas apenas à formação da força de trabalho.

A existência das escolas públicas profissionalizantes, de forma explícita, vai ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento. Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando, de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou sua mais visível referência: qualificar mão-de-obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno no que concerne a sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção (BRASIL, 2008a).

Apesar do avanço da industrialização a partir da década de 1930, foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) que ocorreu o ingresso das grandes indústrias no Brasil.

No plano educacional, o objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país, como demonstrado nas mensagens do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1956.

A realidade econômica, em plena expansão industrial, está solicitando um número cada vez maior de técnicos e operários qualificados. O próprio programa do Governo, de explorar as riquezas naturais do País, está na dependência, pois, de operários e técnicos bem preparados para manejar os instrumentos e aplicar as técnicas da produção altamente especializada e mecanizada de nossos dias.

Assim, a realização eficiente do trinômio - energia, transporte e alimentação - está evidentemente implícita na operosidade formadora do ensino técnico-profissional (BRASIL, 1987, p. 258).

Na mensagem acima, o presidente aponta que as metas estabelecidas pelo governo para o desenvolvimento do país requisitavam um aumento do quadro de pessoal técnico. Esse período (segunda metade da década de 1950) foi um momento de efervescência no setor industrial, chamado por Bresser Pereira (1970) de “Revolução Industrial Brasileira”. Mantinha-se então, a visão de um ensino técnico voltado às necessidades do capital, a força de trabalho para o processo de industrialização.

Já na década de 1970, houve uma alteração significativa no ensino técnico, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1971) que torna, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, desse modo, todas as escolas passaram a oferecer cursos profissionalizantes e o ensino técnico se tornou obrigatório no segundo grau. Com o país vivendo um momento de forte expansão industrial, o ensino devia estar integrado às necessidades da economia.

Segundo Hypólito (1993, p. 89, grifo do autor)

Com a Reforma do Ensino de I e II graus – Lei 5692/71 – o trabalho “entrou” na escola sob a forma de **sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho** (I grau) e **qualificação profissional** obrigatória (II grau). O ensino voltou-se para uma preparação profissional que deveria atender às demandas evocadas pelo modelo político e econômico na época.

Nesse contexto, a Lei nº 5.692/71 foi instaurada num momento de acelerada expansão da economia, delegando ao sistema educacional a função de contribuir diretamente no desenvolvimento econômico, com o papel de preparar a força de trabalho

para que atendesse, cada vez mais eficientemente, as demandas da produção, no período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973). Essa obrigatoriedade de profissionalização, permaneceu até que ocorreu nova alteração na legislação em 1982.

Nos anos 1990, segundo Ferreti (1997) com o processo de globalização em curso, o mercado apresenta suas pressões por produtividade e competitividade e a educação e a formação do trabalhador ganharam centralidade no discurso, com as políticas educacionais ainda mais vinculadas aos preceitos econômicos. Tem destaque a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/1996) e, referente a educação profissional, sua regulamentação por meio do Decreto nº 2.208/1997 que promoveu novamente a separação entre a formação geral e a profissionalizante. A educação profissional passa a ter organização curricular própria e independente do ensino médio. Segundo Moraes (1998, p. 114),

O decreto governamental desqualifica o ensino da rede pública, não amplia as condições de funcionamento e a própria atribuição social das escolas federais, inverte a concepção de educação para a cidadania e reduz a formação tecnológica a treinamento fragmentado, demarcado pelas necessidades mais estreitas do capital.

Esse modelo de ensino profissional substanciado no ideário de Estado Mínimo se altera no início do século XXI, com o Decreto nº 5.154/04, a partir de uma nova política de governo e se consolida com a Lei 11.892/2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, fundamentados no desenvolvimento do território.

A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (BRASIL, 2008a).

Com todo o avanço tecnológico e mudanças no mundo do trabalho advindos com a globalização, outras necessidades foram sendo colocadas para além de uma formação fragmentada, com a agregação de novas competências para a formação profissional relacionadas à inovação, empreendedorismo, criatividade, ao trabalho em equipe e à autonomia na tomada de decisões, na busca de um ensino voltado também para a

formação crítica da realidade, atrelando os conhecimentos técnicos e tecnológicos para a mudança da sociedade, como veremos nos documentos discutidos na próxima seção.

2. AS BASES ORIENTADORAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PÓS LEI Nº 11.892/2008

Os documentos balizadores dos Institutos Federais trazem algumas concepções consideradas aqui importantes sobre a formação profissional pós Lei nº 11.892/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A lei de criação apresenta os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, são pluricurriculares e multicampi e ofertam educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008b).

No documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, *Concepções e Diretrizes* – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, os Institutos Federais são apresentados como uma política pública que,

se estabelece no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras) (BRASIL, 2008a, p. 22).

A formação proposta pelos Institutos Federais ultrapassa assim a visão restrita de atendimento às demandas do mercado, acerca do interesse por mão de obra qualificada e traz a educação como um direito ao desenvolvimento humano, sob um olhar para a diversidade, as diferenças e as desigualdades que perpassam a formação cultural, política e social do país. Tem “no trabalho educativo importante instrumento de política social, assumida como àquela voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades” (BRASIL, 2008a, p. 23).

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus Avançado Tupã percebe-se que este se baseia nas concepções da Rede, no sentido de atender as demandas da sociedade com vistas a diminuição das desigualdades sociais existentes no país (IFSP, 2018).

Já nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) ofertados em Tupã, estes apresentam a educação ministrada no IFSP como “[...] um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos com a ciência, a técnica, a cultura e as atividades produtivas” (IFSP, 2016). Destaca os Institutos Federais como importante ferramenta para o desenvolvimento social por meio dos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer, num diálogo entre ciência, tecnologia e cultura.

Os Institutos Federais trazem o desenvolvimento local e regional como um de seus preceitos fundamentais, fomentando o diálogo com a realidade do entorno sob um olhar de mudança e construção de novas possibilidades para a inclusão e garantia de direitos básicos de cidadania, a partir da criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, fomentando ainda, indiretamente, as discussões sobre território¹. Os Institutos Federais são tidos, dessa forma,

[...] como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu *locus* de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2008a).

Nos documentos aqui discutidos, a formação profissional apresenta-se na perspectiva da inclusão social, para o rompimento das desigualdades sociais, considerando as diferenças regionais em seus diversos âmbitos (desenvolvimento, arte, cultura, economia), para um projeto de sociedade mais democrática e igualitária.

O Projeto Político Pedagógico e os Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados em Tupã demonstram uma harmonia com os princípios e concepções discutidos nos documentos balizadores da Rede Federal.

Em relação ao reconhecimento dos processos de aquisição e produção do conhecimento na escola, destacamos que o Projeto Político Pedagógico salienta a necessidade de permitir que os estudantes utilizem desses processos de acordo com suas potencialidades, considerando as suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos.

¹ Sobre território ver Haesbaert, 2004.

Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar (IFSP, 2018).

Acerca disso Gomes (2007, p. 36) chama a atenção para a necessidade de

Indagar em que medida os currículos escolares expressam uma visão restrita de conhecimento, ignorando e até mesmo desprezando outros conhecimentos, valores, interpretações da realidade, de mundo, de sociedade e de ser humano acumulados pelos coletivos diversos.

Dessa maneira, os Institutos Federais se propõem, conforme apresentado nos documentos analisados, a romper com a lógica de educação voltada aos interesses capitalistas e dedica-se a uma formação holística.

A articulação entre formação da base nacional comum e a formação profissionalizante, proporciona ao jovem a oportunidade de continuar seus estudos, bem como adquirir saberes e competências técnicas fundamentais para atrair investimentos produtivos à região de maneira contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de sua localidade e entorno (IFSP, 2018).

No que diz respeito ao mundo do trabalho, o Plano de Desenvolvimento Institucional dispõe que “O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho” (IFSP, 2014). Rompe-se com a noção de divisão social do trabalho, numa formação integrada baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que vai além da ação de executar para “a ação de pensar, dirigir ou planejar” (PDI), nas interações do campus com as empresas, para o desenvolvimento local e regional.

Nessa perspectiva, Pacheco e Morigi (2012) afirma que os ideais de criação dos IFs reafirmam que a formação humana e cidadã antecede à qualificação para a laboralidade pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

3. DISCUSSÕES

3.1. Contextualização do universo pesquisado: IFSP Campus Avançado

Tupã

O Instituto Federal de São Paulo é um dos institutos centenários originários das Escolas de Aprendizes e Artífices criadas em 1909, posteriormente se tornou Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Com o processo de expansão e instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cria-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Atualmente (2018), o IFSP é composto por 36 campus, dentre eles o Campus Avançado Tupã que iniciou suas atividades em 2015. Inicialmente, foi necessária a realização de audiência pública e estudo de viabilidade para a escolha do eixo tecnológico a ser implantado em Tupã. Assim definiu-se pelo eixo “Controle e Processos Industriais”, com a escolha do curso Técnico em Eletrônica e, como segunda opção, Técnico em Eletrotécnica, ofertados na modalidade presencial.

O primeiro processo seletivo ocorreu em 2016 com ingresso da turma no curso técnico concomitante/subsequente em Eletrônica. Em 2017, houve o ingresso das primeiras turmas do curso técnico integrado em Eletrônica e Eletrotécnica e da segunda turma no curso técnico concomitante/subsequente em Eletrônica

Como descrito, o campus avançado Tupã é bastante recente, tendo formado apenas uma turma do curso técnico concomitante/subsequente em Eletrônica. Já nos cursos integrados, em 2018, houve novos ingressos, finalizando o ano de 2018 com aproximadamente 150 alunos.

Dentro deste universo, o nosso objetivo é analisar a interlocução da formação técnica integrada com o mundo do trabalho, para tanto, descreveremos a seguir o processo de investigação que nos conduziu aos resultados alcançados.

3.2. Procedimento metodológico

Essa pesquisa teve como universo de estudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Avançado Tupã. Os sujeitos da investigação foram os discentes do 2º ano do ensino médio integrado ao técnico dos cursos técnicos em eletrônica e eletrotécnica.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário de tipo misto (com questões abertas e fechadas). A escolha pela utilização desse instrumento se deu pelo fato de abarcar com mais facilidade um elevado número de pessoas e um espaço curto de tempo. No entanto, temos ciência da subjetividade que pode apresentar, pelos diferentes significados que as questões podem representar para cada sujeito pesquisado.

A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário impresso, entregue aos alunos ao final de uma reunião com o Setor Sociopedagógico, sendo explicada a finalidade de tal atividade. Os respondentes foram informados da não obrigatoriedade da participação. O questionário foi respondido por 60 alunos, destes trinta em um (31) do curso técnico integrado em eletrotécnica e vinte e nove (29) do curso técnico em eletrônica.

Por fim, foi feito o tratamento e análise das informações obtidas, buscando captar a percepção dos estudantes de cada curso em relação à formação construída no IF e o mundo do trabalho. Durante o processo de leitura das respostas abertas houve a classificação por aproximação, que se transformaram em categoria para procedermos com a abordagem e gráfico, destacando-se os trechos mais significativos relacionados ao tema de estudo.

3.3. Resultados

Com a finalidade de alcançar maior aproximação com o tema e deste com os sujeitos pesquisados, procuramos saber o que os alunos buscavam no Instituto Federal de São Paulo, Campus Avançado Tupã, e suas perspectivas em relação ao curso no sentido de compor as informações básicas para compreender a interlocução da formação profissional com o mundo do trabalho.

Inicialmente perguntamos “Qual o principal motivo de ingresso no curso técnico integrado ao nível médio do IFSP?”. As respostas foram separadas por aproximação e apresentadas no gráfico a seguir, com algumas transcrições:

Gráfico 1 – Técnico em Eletrotécnica

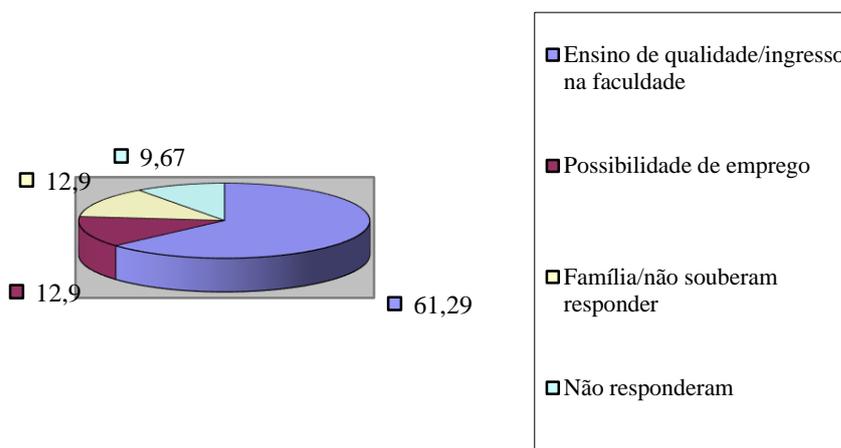
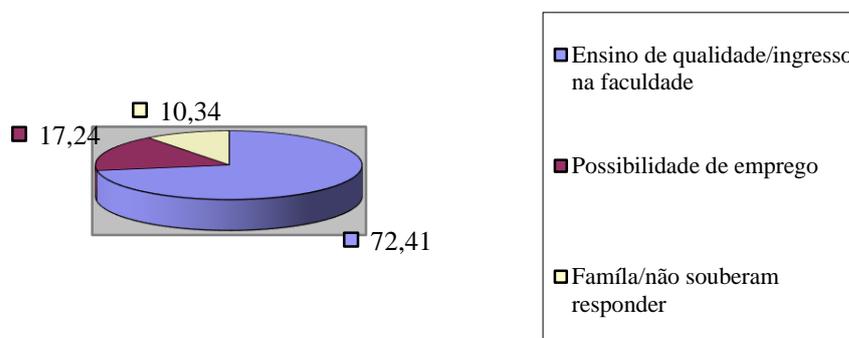


Gráfico 2 – Técnico em Eletrônica



Dentre as respostas aproximadas para categoria *Ensino de qualidade/ingresso na faculdade*, transcrevemos algumas delas:

“Por ser uma escola de qualidade, e por sua eficiência, iremos conseguir passar em um vestibular.” *²

“O ensino médio de qualidade com bons profissionais.” *

“Pelas matérias da base comum e por professores bons.” *

“Primeiramente, porque o IF é uma escola muito boa e tem os melhores índices em vestibulares.” **³

“A qualidade do ensino que possibilita um futuro melhor.” **

“Pelo motivo da escola ser conhecida por um bom ensino.” **

² * Curso Técnico em Eletrotécnica

³ ** Curso Técnico em Eletrônica

Já na categoria *Possibilidade de emprego*, temos:

“O principal motivo é por conta do ensino técnico que proporciona um diploma a mais no final do ensino médio, por isso quis ingressar no IFSP.” *

“Ingressei no IFSP pois além do ensino médio de alta qualidade, também sairei dele técnico.” **

Devido a quantidade de respondentes, inviável discorrer sobre todas as respostas, no entanto, após a leitura, chamou-nos a atenção a escolha do IFSP motivados pelo ensino da base comum e, apesar de se tratar de uma escola historicamente marcada pelo ideal da formação profissional, se apresenta como referência em ensino de qualidade e é procurada, principalmente, como base de formação para continuidade nos estudos.

Isso se nota a partir dos dados apresentados a seguir. Em relação ao curso realizado, 54,83% dos respondentes do curso técnico em eletrotécnica informaram que gostam do curso e 41,93% relataram que não gostam, sendo que um aluno não respondeu a pergunta. Já no curso técnico em eletrônica 72,41% responderam que gostam do curso que realizam e 27,58% observaram que não se identificam.

Já em relação a continuar os estudos ou seguir na carreira técnica 80,64% dos respondentes do curso de eletrotécnica informaram que não pretendem seguir na carreira técnica e 19,35% apontaram que desejam sim trabalhar na área de formação do curso. Desse pequeno percentual de alunos quatro deles inclinam por trabalhar em empresas da área e apenas um demonstra interesse em abrir o próprio negócio (um aluno não informou). No curso técnico em eletrônica 82,75% não pretendem trabalhar como técnicos, apenas 6,89% apontam interesse para atuar em empresas do ramo e 10,34% consideram essa possibilidade.

Quando abordamos sobre a possibilidade de continuidade dos estudos em nível superior, seja em *na área do curso realizado*, em *áreas afins ao curso realizado* ou em *outras áreas*, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 3 – Técnico em Eletrotécnica

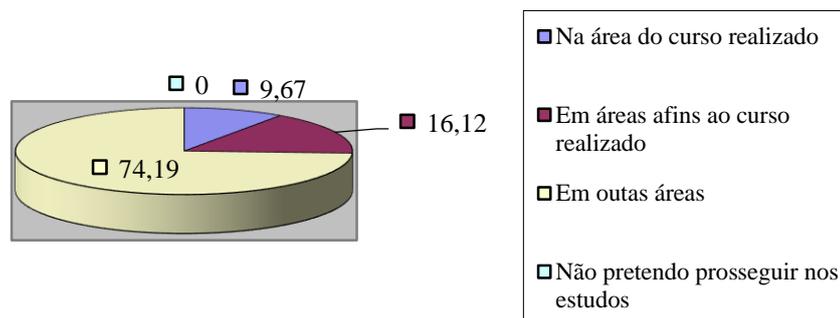
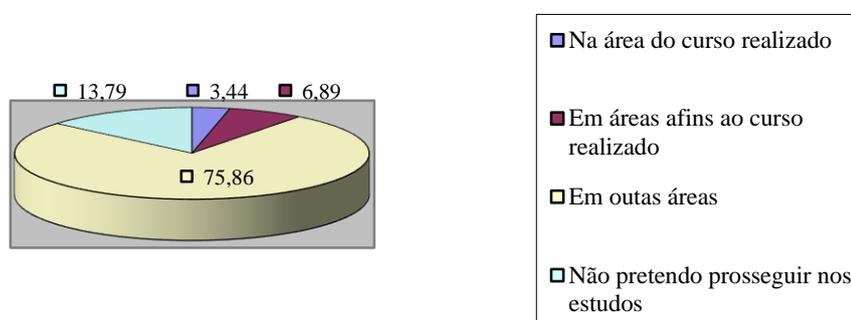


Gráfico 4 – Técnico em Eletrônica



Como se pode notar com os dados coletados, o percentual de alunos que pretendem seguir na carreira de técnico é pouco significativo e, apesar de cursar uma formação de ensino médio integrado ao técnico, que possui uma terminalidade, incentivando o ingresso no mundo do trabalho, a maioria dos alunos pretende dar continuidade nos estudos. Considerando as duas turmas do 2º ano do ensino médio integrado ao técnico, 75% dos alunos buscarão ingressar nos cursos superiores em outras áreas de conhecimento, um número bastante expressivo.

Em relação a integração entre as disciplinas da base comum e as da base técnica, tanto no curso de Eletrotécnica (77,41%) quanto de Eletrônica (86,20%), os alunos, predominantemente, percebem essa integração.

No que se refere ao tema da pesquisa propriamente dito “formação profissional e o mundo do trabalho”, temos informações igualmente interessantes. Diante do questionamento se a “formação do IF lhe dá condições para se inserir no mundo do trabalho”, 98,33% dos respondentes (eletrotécnica e eletrônica) afirmaram que sim, possibilita a inserção na área do curso realizado bem como em outras áreas. Observamos

aqui que não fizemos a análise da questão por curso em virtude de os resultados serem semelhantes.

Por fim, sobre a questão: *Como percebe a interlocução entre o que aprende em sala de aula (todas as disciplinas) e o mundo do trabalho*, prevalecem as respostas que, depois de aproximadas, são representadas pelas transcrições abaixo:

“Muito do que aprendemos pode ser aplicado no mercado de trabalho.” *

“Podemos ter noção de áreas onde podemos atuar fazendo assim, com que haja ajuda na escolha de uma profissão.” *

“A partir de coisas que aprendemos e usamos no dia a dia.” *

“Facilita passar no vestibular.” *

“Os exercícios resolvidos em sala de aula são sempre exercícios que abrangem o mundo real.” **

“Pois aprendemos como nos comportar em áreas de serviço, trabalhar em grupos e temos uma base de como exercer o serviço em si.” **

“O que aprendemos ajuda a entender como funciona o mundo do trabalho na prática.” **

“Através do conhecimento de todas as áreas do conhecimento trabalhadas, o aluno pode já ir escolhendo uma área que gosta e ingressa-la e segui-la, na faculdade.” **

“Eles nos ensinam além do conteúdo a ser cidadãos.” **

As transcrições apontam que a formação ofertada no IFSP, Campus Avançado Tupã, está em consonância com os documentos balizadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ao buscar a formação plena do educando dá condições para que este se insira no mundo do trabalho nas diversas áreas, a partir de um conhecimento sólido para a formação cidadã. Segundo Martins (2000, p. 94), essa é a formação desejada nos tempos atuais, onde os indivíduos entendam o mundo ao seu redor e não será “treinado a desempenhar uma função específica dentro de um ramo de atividade econômica, mas terá criatividade, liberdade e autonomia teórico-prática necessárias para adaptar-se a qualquer alteração das formas produtivas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados, de modo geral, demonstram que a maioria dos respondentes não pretende seguir na carreira técnica e que busca a instituição pela qualidade no ensino. Por um lado, a primeira afirmativa pode ser interpretada como preocupante, uma vez que, considerando seu histórico, se pressupõe que as instituições de educação profissional almejam a formação de técnicos qualificados para atuar no mercado de trabalho e as empresas esperam por esses profissionais.

No entanto, se considerarmos os preceitos da formação referendada na criação e concepção dos Institutos Federais, que pretende uma formação holística, com vistas à inclusão social, diminuição das desigualdades locais e regionais, podemos entender que o Instituto Federal pode alcançar esses objetivos, pois a qualidade no ensino ofertado agrega valor aos discentes não somente na formação técnica, mas na formação cidadã, promovendo o acesso a diversos conhecimentos necessários para intervenção consciente na realidade, com vistas ao desenvolvimento social, em âmbito local, regional e global.

Por isso, “é necessário ter clareza sobre a concepção de educação que nos orienta” (GOMES, 2007), principalmente para se contrapor à formação fragmentada que historicamente tem marcado a educação profissional.

Dessa maneira, a interlocução com o mundo do trabalho ocorre na formação dos estudantes, enquanto sujeitos autônomos, críticos na compreensão de mundo para que intervenham na realidade com os conhecimentos adquiridos nas diversas áreas (ciência, tecnologia, arte, cultura), a partir de uma formação plena do educando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018. 1909a.

_____. **A EDUCAÇÃO** nas mensagens presidenciais (1890-1986). Brasília, INEP, 1987. 2v. anexos. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28750>. Acesso em: 26 de set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 out. 2018. 2008a.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008.** Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 29 de Dezembro de 2008. 2008b.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

FERRETI, Celso João. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil:** Anos 90. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/97. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a01.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. Brasília: MEC, 2007.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho e Educação politécnica: avanços e retrocessos na nova L.D.B. In: GHIGGI, Gomercindo; TAMBARA, Elomar; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho, conhecimento e formação do trabalhador.** Pelotas: Ed. Universitária, UFPel, 1993.

IFSP. **Projeto pedagógico do curso técnico em eletrônica na forma integrada ao ensino médio.** Julho, 2016.

IFSP. **Projeto Político Pedagógico.** Outubro, 2018.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. 2014.** Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

MAGALHÃES. Livia Diana Rocha. A Educação na Primeira República. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_057.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

MARTINS. Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização:** cidadania ou submissão?. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MORAES, Carmen Sylvania V. **Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional.** Trabalho e Educação, Belo Horizonte, nº 3, jan./jul. 1998. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7311/5675>>. Acesso em: 05 out. 2018.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (Org.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania:** a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Porto Alegre: Tekne, 2012.